

Previsão

Revista do Sindprevs/SC | ANO 1 | Nº 2 . Junho de 2013

**Decreta-se:
é proibido
fazer greve**



**Projetos que tramitam no Congresso avançam na
direção de restringir o direito de greve**



GESTÃO RESISTIR, LUTAR, AVANÇAR SEMPRE [2011- 2014]

Valmir Braz de Souza

Coordenação Geral

Fátima Regina da Silva

Diretora da Secretaria-Geral

Elaine de Abreu Borges

Diretora da Secretaria-Geral

Valéria Freitas Pamplona

Diretora do Depto. Administrativo e Financeiro

Oswaldo Vicente

Diretor do Depto. Administrativo e Financeiro

Luiz Fernando Machado

Diretor do Depto. de Política e Organização de Base

Ana Maria Pereira Vieira

Diretora do Depto. de Política e Organização de Base

Luciano Wolffenbüttel Veras

Diretor do Depto. de Formação Sindical e Estudos Sócio-Econômicos

Rodrigo Poggere

Diretor do Depto. de Formação Sindical e Estudos Sócio-Econômicos

Janete Marlene Meneghel

Diretora do Depto. de Comunicação

Marco Carlos Kohls

Diretor do Depto. de Comunicação

Vera Lúcia da Silva Santos

Diretora do Depto. Jurídico

Rosemeri Nagela de Jesus

Diretora do Depto. Jurídico

Rosi Massignani

Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas

Clarice Ana Pozzo

Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas

Maria Nilza Oliveira

Diretora do Depto. de Política de Seguridade e Saúde do Trabalhador

Jane da Rosa Defrein Lindner

Diretora do Depto. de Política de Seguridade e Saúde do Trabalhador

Teresinha Maria da Silva

Diretora do Depto. Sócio-Cultural e Esportivo

Teresinha Ivonete de Medeiros

Diretora do Depto. Sócio-Cultural e Esportivo

Márcio Roberto Fortes

Diretor do Depto. de Relações Intersindicais e Relações de Trabalho

Giulio Césare da Silva Tártaro

Diretor do Depto. de Relações Intersindicais e Relações de Trabalho

Editorial

A programação comemorativa dos 25 anos do Sindprevs/SC iniciou com a realização do primeiro módulo do Curso de Formação, ministrado pelo educador popular Emílio Gennari. Não foi coincidência. A Direção do Sindprevs/SC já realizou e vai continuar apostando na formação como uma das formas de ampliar a visão de mundo dos trabalhadores.

Para o professor Gennari, a formação capacita o servidor a construir nexos. Um deles é o nexo da relação entre saúde e trabalho. Quando o trabalhador se fecha no seu mundo, ele é vítima da convicção de que o adoecimento é resultado de fragilidade pessoal ou do tipo de trabalho, ou seja, adoecer é inevitável. Os riscos no ambiente de trabalho são vistos como as bombas de um campo minado, basta prestar bem atenção que nada vai acontecer. A formação rompe essas barreiras do senso comum e aponta a relação entre a exploração capitalista e o adoecimento do trabalhador.

No primeiro e segundo módulos do Curso de Formação do Sindprevs/SC, 119 servidores do INSS, Ministério da Saúde e Anvisa receberam o convite para saírem do papel de expectadores e tornarem-se atores da cena social.

Um dos espaços para discutir mais profundamente a relação saúde X trabalho, será II Seminário do Sindprevs/SC de Saúde do Trabalhador, dias 13, 14 e 15 de junho. Será uma oportunidade para refletir sobre as consequências de cobranças cada vez mais pesadas, de metas superestimadas e descoladas das reais condições de trabalho a que estão expostos os servidores.

A programação dos 25 anos também reservou um espaço para o desabafo, para o relato e para a poesia. Ao aceitar o convite para participar da Comissão selecionadora dos trabalhos inscritos no 1º Concurso de Narrativas e Poesias do Sindprevs/SC, o poeta e diretor do Sinergia (Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região), Dinivaldo Gilioli, deixou uma mensagem incentivadora:

“Quando uma direção sinaliza para a categoria iniciativas como a de um Concurso Literário, pode estar querendo sugerir: trabalhadores há vida para além do local de trabalho, para além do seu bolso... (...) Pode e deve aguçar, bem como ajudar a alargar o sentido humano, despertar para o verdadeiro sentido da vida!”

Redes sociais

Twitter: @sindprevs

Facebook: Sindprevs Santa Catarina

www.sindprevs-sc.org.br

Fale com o Sindicato

Rua: Angelo La Porta, 85, Centro
88020-600 - Florianópolis - SC

Fone/Fax: (48) 3224-7899

Atendimento externo: das 9h às 18h

Atendimento Jurídico: segunda, terça, quinta e sexta-feira das 9h às 12h e das 13h às 18h

Plantão advogados: segundas e terças, das 9h às 12h e das 13h às 18h

E-mail: sindprevs@sindprevs-sc.org.br

E-mail jurídico: juridico@sindprevs-sc.org.br

Expediente

Previsão é a revista do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Federal no Estado de Santa Catarina.

Edição, textos, editoração e fotos: Rosângela Bion de Assis (Mtb 00390/SC JP); Marcela Cornelli (Mtb 00921/SC JP) e Clarissa Peixoto (Mtb 0003609/SC JP)

Projeto gráfico: Cristiane Cardoso

Ilustrações e logotipo: Frank Maia

Capa: Frank Maia

Tiragem: 5.500 exemplares

Sumário



6 A copa do capital

O Brasil sediará megaeventos esportivos que já estão afetando à população empobrecida

8 Reduzir a maioria penal para quem?

Episódios envolvendo menores de idade reacendem o debate sobre a maioria penal no Brasil



12 Poemas também ao entardecer

Zu é poeta, antes de ser servidora do Ministério da Saúde, e professora, sempre que pode.

Decreta-se: é proibido fazer greve



10

Os trabalhadores do serviço público logo vão se deparar com um decreto proibindo a livre organização de greve da categoria.

O governo ainda não apresentou oficialmente um projeto no Congresso para a regulamentação da greve no serviço público, porém as discussões caminham para o cerceamento deste direito.

Vários projetos, mais de 10, tramitam com o objetivo de restringir as greves no funcionalismo, projetos já batizados de Lei Antigreve – como o PLS 710/2011 do senador Aluizio Nunes (PSDB/SP) e o PL 4532/2012 do deputado Roberto Policarpo (PT/DF).

Também está prevista na Lei da Copa a proibição de qualquer greve durante a realização da Copa de Mundo em 2014 no Brasil. Nesse sentido, de garantir a ordem para o sistema capitalista durante os megaeventos no Brasil, está também o Projeto de Lei 728/2011, de autoria dos senadores Ana Amélia (PP-RS), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Walter Pinheiro (PT-BA).



15 Casamento civil igualitário na pauta do dia

Casais homossexuais contam, a partir de agora, com os mesmos direitos dos casais heterossexuais

16 Notas | Jurídico | GEAP

Sindprevs/SC assume uma vaga no Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis



18 Última Página

Caravana do Sindprevs/SC participou da Marcha à Brasília, do Ato no MS e do Protesto contra a intervenção na Geap

Agenda

Maio

20 e 21 | Curso de Formação Sindical (2ª etapa). No auditório do Hotel Oceania, em Florianópolis.

28 | Assembleia Estadual do Sindprevs/SC, dirigida aos servidores do INSS, específica sobre a URP, no CentroSul, em Florianópolis.

Junho

7, 8 e 9 | IV Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde. No Centro de Cultura e Eventos da UFSC, em Florianópolis.

13, 14 e 15 | II Seminário do Sindprevs/SC de Saúde do Trabalhador. No auditório do Hotel Oceania, em Florianópolis. Inscrições até 31 de maio

13 | Palestra para Aposentados e Pensionistas do Sindprevs/SC, no Hotel Oceania, em Florianópolis



Julho

4 e 5 | Seminário Unificado de Imprensa Sindical. Inscrições até 21 de junho. No auditório do Hotel Oceania, em Florianópolis

15 | Encerramento das inscrições do Concurso de Narrativas e Poesias do Sindprevs/SC

Outubro

16/17 e 18 | Evento comemorativo dos 25 anos do Sindprevs/SC. No auditório do Hotel Oceania, em Florianópolis. O período de inscrições será posteriormente divulgado

16 | Atividade recreativa e palestra motivacional para Aposentados e Pensionistas do Sindprevs/SC, no Hotel Oceania, em Florianópolis

Novembro

Na semana da Consciência Negra – Seminário Gênero, Raça e Etnia, em Florianópolis

VEJA NO SÍTIO DO SINDPREVS/SC
www.sindprevs.org.br, em
Eventos - 25 anos, mais informações e a programação completa dos eventos do ano comemorativo



A Copa do Capital

por **Marcela Cornelli**

jornalista do Sindprevs/SC

imprensa2@sindprevs-sc.org.br

Faltaria espaço para tratar-mos de todos os aspectos que envolvem a realização dos megaeventos esportivos no Brasil, mas vamos tentar levantar alguns pontos de reflexão sobre o assunto. Começando com a Copa das Confederações em julho deste ano, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 o Brasil sediará megaeventos esportivos que já estão afetando à população brasileira, principalmente as comunidades empobrecidas. Estima-se, nas primeiras análises, que 170 mil pessoas terão seus direitos à moradia violados. Os números verdadeiros se saberá com o tempo e tendem a ser maiores. Em um País com um déficit habitacional de 5.500.000 moradias e 15.000.000 de domicílios urbanos sem condições mínimas de habitabilidade (saneamento, infraestrutura urbana, etc.), segundo dossiê elaborado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, e a precariedade e descaso que são tratadas

a saúde deveríamos ter o direito de decidir onde o dinheiro público deveria ser aplicado e com certeza não seria nos megaeventos esportivos que em nada beneficiarão a população e sim darão lucros às empreiteiras e aos donos do capital.

De acordo com o dossiê, Odebrecht, Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS, Delta e Galvão Engenharia estão participando da construção de estádios para a Copa. Estas empresas são provavel-

Estima-se que 170 mil pessoas terão seus direitos à moradia violados

mente as maiores financiadoras de campanhas eleitorais milionárias no Brasil. E o que dizer da Lei da Copa (Lei número 12.035/2009) que fere a Constituição do País? Institui exigências como a meia-entrada de idosos e estudantes apenas na categoria popular, o mais barato, permissão para criação das Zonas de exclusão, com restrição ao comércio de rua e à circulação de pessoas em um raio de dois quilômetros dos estádios, privatização e exclusividade da exploração de símbolos da seleção brasileira e do Brasil, proibição de aulas nas redes do ensino público e privado durante a Copa, criação de crimes espe-

ciais e sanções civis para reserva de mercado, publicidade e propaganda, limitações à captação e transmissão de imagem e som, responsabilidade geral do Estado por quaisquer danos e prejuízos com segurança, levando a União a indenizar a Fifa, a criação de Juizados Especiais e da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, Decreto n. 7.536 2011. Tudo isso preocupa e fere a liberdade do nosso povo. Também o PL 728/2011 que tramita no Congresso para coibir o direito a greve durante a Copa (Leia mais nas págs centrais).

“Os megaeventos esportivos afetam a população Brasileira da forma mais danosa possível, estão sendo gastos valores exorbitantes numa parceria do Estado brasileiro e as elites nacionais com a perspectiva de reposicionar em território nacional um programa cultural, econômico e de esporte e lazer que não interessa ao povo brasileiro”, defende o professor Paulo Ricardo do Canto Capela, professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina.

“Os megaeventos esportivos em sua estrutura, a qual foi aceita em sua forma integral pelo governo Lula e continua sendo aceita de forma dócil pelos congressistas, constrói o que se convencionou chamar de cidade de exceção que permite alterar os Planos Diretores estabelecidos em plenárias populares, conforme esta-



Paulo Ricardo do Canto Capela

belece o Estatuto das Cidades. Através desse instrumento “legal” e o uso da força policial são removidas famílias de forma desumana, ilegal e arbitrária, a pedido da Fifa e COI (Comitê Olímpico Internacional). São ações de interesse da especulação imobiliária, hotelaria de luxo e das grandes empreiteiras. O Estado brasileiro está proporcionando aos grandes especuladores e as elites esportivas nacionais o que eles sempre quiseram, e até mais do que sempre esperavam ter”, afirma o professor.

Santa Catarina não sediará nenhum evento, mas sua população também será afetada. Na opinião do professor Paulo Capela. “está em curso no Estado uma série de ações e “conquista” de verbas públicas para as construções de equipamentos de esporte e lazer, obras de ampliação da capacidade da hotelaria de luxo; obras de infraestrutura; além de infundáveis cursos de formação de mão de obra alienada para trabalhar, sem qualquer questionamento crítico durante esses eventos. São ações que trarão sérias consequências, tanto culturais quanto econômicas, além dos recursos públicos que estão sendo empregados nessas ações poderem ter sido direcionados para atender históricas demandas

populares. São obras e ações definidas através de acordos de gabinete, longe do bom debate democrático e público-popular. O que o Estado de SC “conquistará” será por conveniência das mesmas velhas e carcomidas elites empresarias, esportivas, em acordo com as também velhas elites políticas de Santa Catarina”, analisa o professor.

Capela observa que encontram-se em fase adiantada de aprovação duas pistas Olímpicas de atletismo (uma em Florianópolis na UFSC e outra em Chapecó) sem qualquer estudo, debate público, ou sustentação teórico-conceitual sobre ser ou não apropriado tais equipamentos para o desenvolvimento esportivo dos municípios e para o estado de Santa Catarina. “Também estão sendo realizados muitos cursos de formação profissional atrelados ao “calendário dos megaeventos esportivos” que em nada modificarão as possibilidades de esclarecimento sobre os megaeventos esportivos, a garantia de condições dignas para atletas e técnicos do esporte de alto-rendimento e nem para a democratização do esporte e lazer das populações de não atletas. Também não contribuirá para a melhoria da empregabilidade dos trabalhadores no Estado.

São ações movidas apenas por interesses em captar verbas públicas disponíveis e para crescer o empoderamento das tradicionais elites do Estado”, afirma.

Segundo o professor, para se opor a este modelo elitista de esporte, em Santa Catarina está se construindo uma rede de articulação com intelectuais, artistas, movimentos sociais, sindicalistas, atletas e universidades apoiadoras, no sentido de organizar um grande movimento pela democratização do esporte e lazer no Estado. “Esses agentes precisam ter voz na construção de um novo modelo de esporte e lazer, um modelo de caráter popular. O grande empecilho para termos um sistema esportivo de qualidade referenciado nas demandas populares aqui no Estado e no país não é falta de dinheiro, mas sim de vontade política dos que sempre mandaram no esporte e no Estado em nosso país”.

Paixão nacional?

Na opinião do professor, os megaeventos esportivos não tem qualquer relação direta com a melhoria da prática esportiva ou de vida do povo brasileiro. “São apenas negócios e uma grande ação de neocolonização cultural e econômica de nosso país e continente, produzirão mais do mesmo, ou seja, o desenvolvimento do sub-desenvolvimento econômico, esportivo e cultural, e é claro, muitos ganhos econômicos para poucos. Quem ganha são as elites empresarias, esportivas, mídia oficial e a indústria cultural do entretenimento, e quem perde é como sempre o povo simples e sofrido, os trabalhadores e seus filhos e todos aqueles que trabalham para a consolidação de um projeto nacional-popular para o Brasil”, finaliza.





Reduzir a maioria penal para quem?

por **Clarissa Peixoto**

jornalista do Sindprevs/SC

clarissa@sindprevs-sc.org.br

Novos episódios de violência escancarados pela mídia tradicional, envolvendo menores de idade, reacendem o debate acerca da redução da maioria penal no Brasil. O pano de fundo, um país que ainda apresenta baixos índices quando o assunto é políticas públicas que reflitam, em longo prazo, na vida da juventude brasileira.

A posição promovida pelos defensores da redução da maioria penal para os 16 anos ganha adesão na opinião pública. A população brasileira, estimulada pelos meios de comunicação de massa, tende à defesa da redução, apoiada em argumentos que são reflexos de uma análise equivocada da realidade brasileira e do retrato da violência no país.

Uma dessas avaliações tem no direito ao voto facultativo aos 16 anos um balizador para determinar a “capacidade” de compreensão do jovem que pratica algum delito. Para a advogada popular e professora universitária, Daniela Félix, há de se salientar que o adolescente de 16

anos tem a opção de voto e não obrigatoriedade. “Qual jovem que aos 16 anos vai à justiça eleitoral? Sem dúvida, não é o adolescente pobre e da periferia, que sequer tem certidão de nascimento ou carteira de identidade. Aliás, o menino que vota, em sua quase totalidade, não é aquele processado criminalmente. Se assim o for, terá sua garantia de acesso à justiça amplamente exercida, além do que terá condições de pagar pela fiança arbitrada ou de cumprir penas alternativas. Não podemos esquecer que o Sistema de Justiça Criminal é seletivo e sua clientela é quase que predominantemente pobre e da periferia”, observa.

Um olhar mais atento perceberá que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990) prevê o processo de responsabilização ao menor que pratica infração, embora de forma diferenciada à prevista pelo Código Penal. O que ocorre no Brasil é que as leis não são aplicadas devidamente e as estruturas responsáveis pelo cumprimento da pena não reintegram o indivíduo à sociedade.

“As medidas socioeducativas, segundo o ECA, são divididas em seis modalidades: advertência, reparação do dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Dentre todas as medidas por ele estabelecidas, o senso comum suplica, cotidianamente, pela ampliação da medida de internação. Contudo, a internação se comparada ao regime de privação de liberdade – aplicada aos maiores de 18 anos – é, via de regra, ainda pior, seja por completa omissão do Estado na garantia de estrutura física e de pessoal ou pela invisibilidade que as medidas socioeducativas têm no contexto social”, afirma Daniela.

Outro argumento que reforça a redução vem dos países que adotaram idades inferiores a 18 anos para a maioridade penal. Com base em dados reais e orientações internacionais, é possível refutá-lo sob, pelo menos, três aspectos.

Em primeiro lugar, em boa parte desses países há diferenciação entre responsabilidade penal juvenil e adulta. Portanto, embora responsabilizado, o adolescente recebe pena calçada em um sistema distinto. De acordo com o relatório da Unicef, *Porque dizer não à redução da idade penal*, produzido em 2007, de 53 países, 42 adotam a maioridade penal aos 18 anos ou mais. “Enquanto a comunidade internacional discute a ampliação da idade para início da responsabilidade de menores de 18 anos, o Brasil anacronicamente ainda se detém em discutir a redução da maioridade penal – tema já superado do ponto de vista dogmático e de política criminal internacional”, diz o documento.

Como segundo elemento, o que precisa ser questionado é o sistema penitenciário brasileiro, sua capacidade de absorção e recondução do indivíduo à vida em sociedade e como pode ser prejudicial para os jovens cumprir pena nesse sistema reconhecidamente excludente.

Por último, é necessário compreender que um modelo não pode ser copiado de outro país sem considerarmos as peculiaridades locais, como a histórica concentração de renda brasileira que perpetua níveis exorbitantes de diferenças sociais.

Violência e juventude

Embora a discussão seja em torno da “delinquência” juvenil, essa parcela da sociedade é uma das maiores vítimas da violência. No Brasil, de acordo com dados extraídos do Mapa da Violência 2011, produzido pelo Instituto

Sangari e o Ministério da Justiça, a taxa de mortalidade de jovens entre 15 e 24 anos, por homicídio, chegou a 39%.

Para Maria Teresa Mandelli, psicóloga, “adolescentes e crianças estão em desenvolvimento, suas formas de relacionarem-se com o mundo e com os semelhantes está em constante crescimento e assimilação. Reduzir a maioridade penal é uma alternativa punitiva e não preventiva, retirando a possibilidade de uma reinserção desse indivíduo de forma mais integrada”.

Um levantamento realizado pelo Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), na cidade de São Paulo, com adolescentes acusados de atos infracionais, demonstra que os crimes cometidos são, em sua maioria, contra o patrimônio. Casos de homicídio não chegaram a

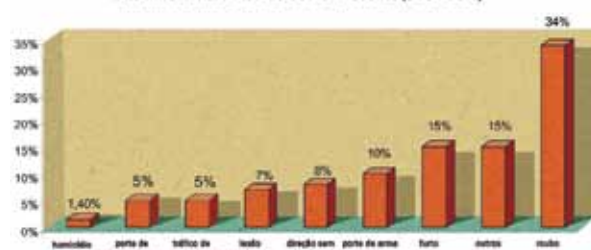
representar 2% dos atos, equivalendo apenas a 1,4% dos casos. Essa é uma tendência observada nacionalmente, demonstrando que a maioria das infrações cometidas por adolescentes equivalem a delitos da criminalidade de rua e não àqueles que atentam contra a vida das pessoas.

Em contrapartida, é essa mesma juventude que não recebe do Estado tratamento digno no correspondente ao acesso às políticas públicas nas áreas da saúde, educação, cultura e acesso ao trabalho. Uma lacuna histórica, relativa a mais de 500 anos de exploração de crianças e jovens.

O reflexo dos problemas sociais brasileiros que atingem a infância e a adolescência são causas essenciais do aumento da violência cometida por jovens, infinitamente menor do que a violência em que essa parcela da sociedade é vulnerável. Ao reduzir a maioridade para os 16 anos, agimos na consequência do problema, sem considerar as causas que amplificam as situações de violência vivenciadas e praticadas pela juventude.

São mais de 500 anos de exploração de crianças e jovens

Ato infracional atribuído ao Adolescente (São Paulo)



Os dados da cidade de São Paulo refletem uma tendência nacional, segundo dados da Unicef

Decreta-se: é proibido fazer greve

por **Marcela Cornelli**

jornalista do Sindprevs/SC

imprensa2@sindprevs-sc.org.br

Pelo andar da carruagem, os trabalhadores do serviço público logo vão se deparar com um decreto proibindo a livre organização de greve da categoria. O governo ainda não apresentou oficialmente um projeto no Congresso para a regulamentação da greve no serviço público, porém as discussões caminham para o cerceamento deste direito. Vários projetos, mais de 10, tramitam com o objetivo de restringir as greves no funcionalismo, projetos já batizados de Lei Antigreve – como o PLS 710/2011 do senador Aluizio Nunes (PSDB/SP) e o PL 4532/2012 do deputado Roberto Policarpo (PT/DF).

Entre outros pontos o PLS 710/2011 exige a manutenção de no mínimo 50% dos funcionários trabalhando durante a greve. Esse percentual sobe para 60% e 80% respectivamente, no caso de paralisação em serviços que serão considerados essenciais à população como assistência médico-hospitalar e ambulatorial, vigilância sanitária, serviços vinculados ao pagamento de benefícios previdenciários, entre outros. Outras exigências são: as entidades sindicais terão que comprovar a tentativa de negociar com o governo e comunicar



FOTO: ARQUIVO SINDPREVS/SC

Servidores públicos em greve, em 1986

a decisão de entrar em greve 15 dias antes de iniciar o movimento, limita a remuneração dos grevistas a até 30% do que receberiam se estivessem trabalhando, impõe quórum para a deflagração da greve, entre outros pontos.

Já o PL 4532/2012, segundo o texto, foi acordado com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Confederação Nacional dos trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Municipal (Confetam) e com o Ministério do Planejamento no segundo ano do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Entre outros pontos, o projeto do

deputado petista prevê regulamentar a mediação dos conflitos entre os servidores e o estado, através das Mesas de Negociação Permanente e a liberação do dirigente sindical para maior participação das mesas, as quais sabemos se tornarão mesas de enrolação; definir as diretrizes destas negociações; estabelece que o direito de greve deverá ser submetido a juízo de “proporcionalidade e razoabilidade”, sem explicar o que será efetivamente isso. Acena para uma possível auto-regulamentação da greve pelas entidades sindicais, porém submetida à uma nova estrutura a ser criada: o Observatório das Relações de Trabalho no Serviço Público, engessando e burocratizando ainda mais a luta dos trabalhadores.

Alguns pontos do projeto como afastamento para o mandato sindical, dispensa de ponto para participação das mesas e direito de arrecadação de fundo de greve poderiam até soar como positivos, como se não soubéssemos que direitos mesmo se conquista com luta e não com leis, amarrando a luta do trabalhadores ao Congresso e ao Judiciário, poderes que sabemos estão altamente corroídos pela visão do capital. Até porque o Poder Judiciário tem perseguido dirigentes sindicais e grevistas através de interditos proibitórios – que impedem o livre exercício de mandato sindical afastando os dirigentes dos locais de trabalho durante as greves – e da criminalização dos movimentos sindicais e sociais.

No dia 11 de junho, segundo informações veiculadas no portal da CUT, a proposta da Mesa Permanente de Negociação se concretizará. O governo já chamou as centrais com espaço permanente na mesa com um calendário já definido. A Regulação do direito de negociação do serviço público já está pautada. Apesar da Constituição Federal já prever o direito à greve, bem como a Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), o governo Dilma e seus aliados parecem não desistirem de pautar este assunto. A questão é que os projetos não vêm para regulamentar, vem para proibir.

Futebol e greve

Também está prevista na Lei da Copa a proibição de qualquer greve durante a realização da Copa de Mundo em 2014 no Brasil. Nesse sentido, de garantir a ordem para o sistema capitalista durante os megaeventos no Brasil, segue também o Projeto de Lei 728/2011, de autoria

dos senadores Ana Amélia (PP-RS), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Walter Pinheiro (PT-BA), que propõe a definição de crimes e infrações administrativas “com o intuito de colaborar com a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, bem como disciplinar o direito de greve”.

Projeto amplia a terceirização dos serviços

Outro ataque vem através do PL 4330/2004 do deputado Arthur Maia (PMDB/BA) que está tramitando na Câmara e visa estender a terceirização para todas as atividades das

empresas privadas, estatais e do serviço público em geral. Pelo projeto, os trabalhadores contratados neste regime não terão acesso aos direitos da CLT e nem poder de organização e negociação. Um desmantelamento dos serviços públicos e da organização de classe dos trabalhadores.

Somente a luta da classe trabalhadora pode barrar estes ataques. A classe trabalhadora há que acordar e se levantar!

Fontes:
- Jornal do Fórum Estadual dos SPFs em Santa Catarina.
- Artigo da jornalista Elaine Tavares "Lei de Greve tramita no Congresso publicado em 7/2/2013 em <http://eteia.blogspot.com.br>.
- Portal do Senado.
- Site da CSP-Conlutas



Poemas também ao entardecer

por Rosângela Bion de Assis

jornalista do Sindprevs/SC

imprensa@sindprevs-sc.org.br

Do alto da jabuticabeira a criança podia ver a rua, a casa, o espaçoso quintal ao redor. Lá, invisível, entre algumas tristezas e mil questionamentos Zu escrevia as primeiras “Cartas a Ninguém”, poesias que a acompanhariam por toda vida.

Aos 61 anos, completados no dia 23 de maio, Zu continua a escrever. Foram sete poemas durante a greve de 2012 do Ministério da Saúde, o livro “Poemas a Ninguém” em 1999 e muitos textos e poesias como o “De pássaros e passarinhos”, escrito numa época em que o Ministro da Previdência era o militar Jarbas Passarinho. Foi preciso que o chefe a advertisse sobre os riscos de colocar seu nome num texto que conclamava

“é preciso mostrar que a imponência repressiva de alguns urubus não é suficiente para amedrontar uma massa grande, que prefere o sol sobre suas cabeças.”

– Era uma época tão interessante, tínhamos que dizer o que era preciso

Poeta, antes de ser servidora e professora, sempre que pode

de forma que só alguns entendessem o conteúdo. A maioria dos militares não pareciam muito inteligentes.

Para Zu, nada é tão sagrado que

não possa ser debatido. É assim desde muito cedo. O pai, Agente de Saúde Pública, até perdia a vontade de frequentar a missa de domingo porque sabia que depois viria a chuva de perguntas. Ele, que era tão sábio com os oito filhos, naquele momento ficava sem chão.

– Pai, porque o padre fala “tende piedade de nós”? Porque ele precisaria ter piedade da gente? E esse “vale de lágrimas”...

No dia da primeira comunhão o ritual pareceu ainda mais assustador. A catequista alertou sobre a necessidade de as crianças contarem todos os pecados para o padre. Quem não contasse todos seria seguido pelo próprio demônio, e mostrou o pôster grande e vermelho, impressionantemente assustador para uma criança de dez anos.

O medo, no entanto, não a fez mudar de planos. Foi até o padre e falou o que tinha pensado. Depois esperou ser seguida pelo capeta. Era tanta a certeza de que o vermelhão viria atrás, que a menina foi para a comunhão pé ante pé. A cada passo uma olhada pra trás. Só a família não entendeu nada: por que a Zu ficava olhando pra trás o tempo todo?

Ainda no primeiro grau, ganhou uma bolsa e iniciou os estudos de inglês que a levariam para a profissão que mais lhe dá prazer, lecionar. Na época do vestibular, Zu foi racional. O pai tinha morrido, era preciso entrar

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



Ao lado da sobrinha, Lupita Caroline da Silva

num curso que lhe permitisse trabalhar para ajudar a família. Deixou pra trás a vontade de fazer Veterinária, ignorou o apoio para fazer Medicina e foi estudar Administração. Depois mudou para Letras. Aproximou-se ainda mais da vocação que nunca mais abandonaria: ensinar. No Ministério da Saúde entrou em 1979, e também lá deu aulas de relações humanas, português, atendimento ao público, na capital e em outras cidades do estado.

Era tanta energia que além do trabalho no Núcleo, e das aulas de inglês, Zu conseguia tempo para o trabalho voluntário no Centro Espírita Antônio de Pádua, em Coqueiros. Lá lecionava de tudo e realizava-se com a conquista das crianças.

- Tinha um menino que devia ter

uns 11 anos, vestia-se todo de preto e nunca sorria. Era todo introspectivo até o dia que entrou na sala sorridente com a prova na mão. Tinha tirado nove. O grupo de apoio aos estudantes não existe mais por falta de voluntários.

Em 1999, um amigo cobrou a divulgação das suas poesias: “depois de prontas elas não te pertencem mais, pertencem ao mundo!”. Numa sociedade que só valoriza o que está na linha de produção, Zu teve que pagar pela impressão do “Poemas a Ninguém”, pela Editora Insular. O lançamento, no Museu Cruz e Souza, foi todo organizado pelos servidores do setor de Recursos Humanos do Ministério da Saúde.

Para Mônica, as pessoas recorrem a Zu sem grandes cerimônias, pois

sabem que sempre serão recebidas com interesse. “Zangada só fica com injustiças em geral e maldades com os animais. Muitas vezes diz que prefere bicho a gente, e eu, na minha simplicidade, às vezes concordo.” E para fazê-la feliz, basta um café, daqueles feitos num bom coador. “Defeitos? Tem sim: fuma, mas pelo menos nunca repara ou comenta os defeitos alheios. Discorreria sobre Zu por horas se quisesse, pois é fácil falar. Difícil é ser como Zu”.

Hoje com 61 anos, Zuleide Medeiros Garcia, parece ter encontrado a felicidade. Desprendida, como só podem ser as pessoas que não valorizam bens materiais, ela admite quase secretamente:

- Quase no entardecer, aprendi o significado do “ser Feliz”...!

*O caminho que busquei,
Outrora visualizado no desconhecido
E no incerto,
Não estava em nenhum dos lados de lá.*

*E a paz que nele pensava encontrar,
Descobri, placidamente sentada,
Ao lado das coisas que nomeiei pequenas.
Ignorada,
Pela visão anteriormente nublada da minha alma;
Esquecida,
Por detrás das máscaras da minha percepção;
Desperdiçada,
Pela insensibilidade da pressa dos meus dias.*

*Foi preciso o entardecer
E a leveza profunda de um olhar,
Pra despertar a minha paz.*

*Diminuindo a velocidade dos meus passos,
Baixando as cortinas que cobriam as janelas do meu
Sentir,
E mostrando, ainda em tempo,
Que a mesma paz que eu buscava,
Tem caminhado comigo, embora ignorada,
Pelos caminhos e atalhos
D'uma mesma estrada...*

Poema, CaminhosII, do livro “Poemas a Ninguém”, de Zuleide Medeiros Garcia, Editora Insular, disponível na livraria Nova Era.



Zu, no começo dos anos 80

Universidade pra quem?



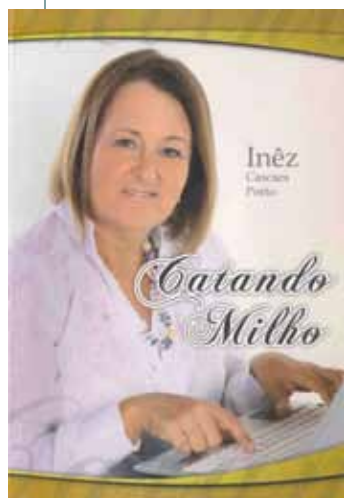
Os professores da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) Waldir José Rampinelli e Nildo Ouriques organizaram o livro “Crítica à razão acadêmica” marcando os 50 anos de existência da UFSC, completados em 2010.

O livro abre com o artigo “A Liberdade Sacrificada”, do professor da UFSC, Fábio Lopes da Silva. Frank Donoghue, analisa “O estado atual da educação superior nos Estados Unidos. “A Apropriação privada da universidade pública - as fundações privadas ditas de apoio” foi o tema abordado pelo professor Ciro Teixeira Correia. A jornalista Elaine Tavares é autora do texto “A universidade e os Técnicos-Administrativos: uma tensão permanente”. Os professores Célio Espíndola e Marli Auras resgataram o “Movimento docente na UFSC – os longos anos oitenta”. O último texto é uma entrevista com o intelectual Maurício Tragtenberg sobre “A delinquência acadêmica”.

Rampinelli abordou o tema: “A democracia na universidade brasileira: simulacro ou arremedo?” Para o professor, a instituição tem funcionado também para “absorver e amortecer o ‘surto da consciência popular, representada pelo elemento estudantil descomprometido com os poderosos”. Ele aponta que a razão de ser da universidade é gerar e difundir a ciência para mudar a vida das gentes.”

Nildo Ouriques, também organizador do livro, aponta no seu texto as conseqüências nocivas da forma como avalia e se organiza a “Ciência e Pós-graduação na Universidade Brasileira”. Para Nildo é preciso revitalizar a função social da universidade a partir dos interesses das maiorias para a completa superação do subdesenvolvimento e da dependência.”

O livro “Crítica à razão acadêmica” é uma leitura essencial para quem deseja entender como funciona e para onde caminha o ensino superior no Brasil.



Um sonho concretizado

Em todas as atividades do Sindprevs/SC ela falava empolgada do seu projeto: publicar um livro sobre sua história de vida. E assim o fez. Catando Milho é o título do livro da servidora aposentada do Ministério da Saúde de Tubarão Inês Cascaes Porto. São 88 belas páginas falando sobre sua vida em família, das suas amigadas, crenças e dia-a-dia como mulher trabalhadora, guerreira que não se abate com os percalços da vida. “Família é o começo, o meio e o fim de tudo. Família a gente ama, perdoo, dá as mãos e caminha juntos”, diz Inês no livro.

O livro é quase um diário da vida da servidora que também relembra sua adaptação à fase de aposentadoria e a participação nos eventos do sindicato. A obra também é pura poesia. “Muitas vezes dificultamos tanto nossa vida que muitos desistem de procurar a felicidade e ser feliz é tudo que desejamos”, reflete a autora.

Fica aí então a dica de uma gostosa leitura. De uma mulher simples que concretizou seu sonho. Parabéns Inês pela persistência e coragem de jogar palavras ao vento e compartilhá-las com todos!

Casamento civil igualitário na pauta do dia

por **Carla Ayres**

Cientista Política, integrante da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e da ABL (Articulação Brasileira de Lésbicas) carlazzl@hotmail.com

No último dia 30 de abril Santa Catarina amanheceu mais colorida. No final do dia anterior a Corregedoria Geral do estado aprovava o provimento de Lei que regulamenta a conversão da união estável em casamento e autoriza o processamento dos pedidos para casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Desde maio de 2011 quando o STF (Superior Tribunal Federal) autorizou a União Estável entre casais homoafetivos, o movimento LGBT do Brasil, em especial a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) vem solicitando aos tribunais estaduais que acatem a medida do Supremo. Santa Catarina tornou-se a 13ª unidade da federação a conquistar o casamento civil igualitário.

No entanto, após 15 dias desta conquista, a expectativa que se tinha de que as decisões federativas fortalecesse a reivindicação de uma decisão Nacional fora concretizada e no dia 14 de maio o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu uma Resolução que impede os cartórios de todo o Brasil a negar o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

A partir de agora os casais homossexuais passam a contar e compartilhar, na prática, com os mesmos direitos que já são garantidos aos casais heterossexuais. Trata-se de um passo muito importante na conquista e na construção da cidadania das pessoas LGBTs no país.

Nos últimos tempos o debate sobre a ampliação dos direitos LGBTs tomou proporções bastante grandes pelo mundo por se tratar de um ponto chave na construção efetiva dos Direitos Humanos já que vem romper com padrões

até então sólidos da sociedade burguesa, cristã, machista e heteronormativa. Mesmo que a maioria dos países da Ásia e da África não reconheçam, proibam e até condenem à morte a homossexualidade, a Europa e as Américas têm conseguido pautar conquistas significativas para esta população.

Como pode ser visto, nos últimos meses estive em destaque nos noticiários do Brasil e do mundo o embate entre as reivindicações do Movimento LGBT e os posicionamentos contrários à pauta LGBT protagonizados em grande medida pela comunidade Cristã. Afinal, aumentou o número de “gays” ou multiplicaram-se os fundamentalistas religiosos? Em tese nem um, nem outro. Trata-se de uma questão de visibilidade.

Durante muito tempo, séculos pode-se dizer, os LGBT's foram renegados aos guetos e à situação de invisibilidade social. Neste último caso, em virtude do estabelecimento e da construção da Família capitalista, cristã, monogâmica e heterossexual.

O “casamento” não é a única pauta do movimento LGBT, junto dele está uma dezena de reivindicações que tem por objetivo assegurar nossa condição de cidadãos em todas as esferas. Queremos apenas dizer que existimos e que nossa

orientação sexual não deve ser motivo de segregação social, nem tão pouco justificativa para centenas de mortes todos os anos. A desconstrução desta cultura segregacionista, portanto, é fundamental para a construção da cidadania plena e uma condição fundamental para a efetivação dos Direitos Humanos no mundo. Romper com estes paradigmas é a chave para uma humanidade com menos preconceito.

Um passo importante na construção da cidadania das pessoas LGBTs



Jurídico

Novo horário do Departamento

O Departamento Jurídico do Sindprevs/SC iniciou seu novo horário de atendimento externo: nas segundas, terças, quintas e sextas-feiras, da 9h às 12h e das 13h às 18h. Não haverá mais atendimento externo às quartas-feiras, dia que será usado para dar vasão às demandas reprimidas e as novas demandas do Departamento.

O plantão dos advogados permanece o mesmo: segundas e terças-feiras das 9h às 12h e das 13h às 18h.

URP

A diretoria do Sindprevs/SC, a Acafip e o Sindifisco/SC reuniram-se, no dia 14 de maio, com a Superintendência Regional Sul do INSS não para fazer acordo e sim para discutir questões relativas à cobrança indevida da URP.

Nessa segunda reunião, a superintendência afirmou que uniformizará o procedimento realizado pelas gerências. De acordo com a solicitação das entidades, será padronizado o envio das cartas que apresentarão a dívida gerada pela URP. Os processos serão concluídos até 31 de maio e as cartas serão emitidas em junho.

É importante que os trabalhadores atingidos pela URP atentem para as orientações emitidas pelo Sindicato, através de correspondência enviada às casas dos filiados e não filiados.



Leia mais no site do Sindprevs/SC, em Jurídico

Curtas

Diretoria em Joinville



Em 17 de abril, diretores sindicais e representantes de base reuniram-se com a nova gerente executiva Káthia Maria Braga, oportunidade em que apresentaram a linha de atuação do Sindprevs/SC e a importância da jornada de 6 horas, solicitaram a liberação para atividades sindicais e se colocaram à disposição do diálogo.

Segundo Káthia Braga, é importante que a informação flua entre ambas as partes para que as questões sejam resolvidas através do diálogo. "Assumo a gerência com o compromisso de ouvi-los e me coloco à disposição para conversar com o sindicato e os trabalhadores", afirmou.

Na parte da tarde, a Diretoria do Sindicato, em reunião com os trabalhadores, apresentou as questões debatidas com a gerência, reforçou o convite para as atividades alusivas aos 25 anos do Sindprevs/SC e apresentou um balanço das questões relativas à URP.

Frente realiza IV Seminário contra a privatização da Saúde

O Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra as Privatizações realizará o IV Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, nos dias 7, 8 e 9 de junho, no Centro de Cultura e Eventos da UFSC, em Florianópolis.

Em 2012, os trabalhadores da saúde de Santa Catarina encamparam diversas lutas em defesa do SUS (Sistema Único de Saúde) 100% público, estatal e de qualidade. Esses temas e muitos outros farão parte da programação do seminário.

As inscrições podem ser feitas pelo blog do Fórum: forumcatarinense.blogspot.com.br.

Fonte: Sindsaúde



Veja a programação no site do Sindprevs/SC, em Todas as notícias, Saúde em Debate

Sindprevs/SC no Conselho

No dia 30 de abril, ocorreu a posse dos novos membros do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis. O Sindprevs/SC conquistou a titularidade no conselho e será representado pelo companheiro Márcio Roberto Fortes, diretor do departamento de Relações Intersindicaís e Relações de Trabalho do sindicato. A suplência será composta por indicação do SindSaúde/SC.

Os Conselheiros são responsáveis pela formulação, pelo controle da execução da política municipal de saúde e pela proposição de estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado.



HF deve abrir em agosto e como uma Organização Social

Em audiência pública realizada no dia 8 de maio na Câmara de Vereadores da Capital, o Secretário Estadual da Saúde, Dalmo de Oliveira, afirmou que o Hospital Florianópolis é prioridade do governo para ser transferido para uma Organização Social e o edital de licitação para as organizações sociais já está pronto. Um segundo hospital do Estado deve ser repassado para uma OS. De acordo com o Secretário deve ser Hospital Regional Hans Dieter Schmidt de Joinville.

Os participantes da audiência, movimentos sociais, representantes do SindSaúde e do Sindprevs/SC, usuários do SUS, lideranças das comunidades ficaram indignados com a posição intransigente do Secretário de Saúde e do governo e fizeram a defesa do HF 100% SUS e gratuito, sendo que o Hospital atende a grande parte das comunidades empobrecidas do Continente de Florianópolis.

Mesmo depois de todos os apelos, o Secretário firmou posição favorável as OSs. Foi solicitado que o governo faça um documento que garanta o retorno dos servidores para o Hospital e foi solicitada uma audiência pública na comunidade com a presença do Secretário e do Governador do Estado.

Contra a intervenção

Caravanas de MG, PR, RS, SC, PA, SP, RN, PB participaram do ato na Geap no dia 25 de abril, cobrando informações sobre a intervenção do governo no Plano de Saúde dos servidores federais.

Os trabalhadores questionaram o representante da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) sobre a ilegalidade da intervenção. O interventor recebeu antigos e novos Conselheiros e uma comissão formada por representantes das caravanas.

Ele informou que o bloqueio das contas salário dos atuais e dos ex-conselheiros é normal em uma intervenção e que não detém o poder de desbloqueá-las.

O interventor confirmou os problemas de governança, reforçando as denúncias da Fenasps. Ele informou que os Gerentes devem disponibilizar um espaço para as reuniões dos ex-conselheiros estaduais e que, antes do fim da intervenção, serão convocadas eleições para os conselhos fiscal e deliberativo. Disse ainda que o governo e a Geap estão discutindo a questão do STF para permitir que outras patrocinadoras possam manter o convênio. Ele autorizou a Federação a fiscalizar a intervenção, extraoficialmente. Apesar de repudiar o processo, a Fenasps avalia como importante poder fiscalizá-la.

Fonte: com informações da Fenasps



Leia mais no site do Sindprevs/SC, em Geap

FOTOS: MARCELA CORNELLI



Marcha à Brasília, em 24 de abril

A unidade é possível



Ato em frente ao Ministério da Saúde



Protesto contra a intervenção na Geap

Uma gigantesca massa de trabalhadores movimentou Brasília no dia 24 de abril. A Marcha à Brasília reuniu mais de 20 mil trabalhadores do campo e da cidade, sem-teto, integrantes do MST, servidores públicos das três esferas e trabalhadores da iniciativa privada, estudantes e diversas entidades sindicais, entre elas a Fenasps, os sindicatos estaduais, a Intersindical e a CSP Conlutas.

Entre as bandeiras da Marcha estavam fim do fator previdenciário, a revogação da reforma da Previdência de 2013, pela reforma agrária, contra o Acordo Coletivo de Trabalho que flexibiliza as leis trabalhistas. A Marcha foi um marco na reorganização do movimento sindical e mostrou que é possível a unidade da classe trabalhadora.

A caravana do Sindprevs/SC esteve presente na Marcha e participou também do Ato em frente ao Ministério da Saúde contra o ponto eletrônico e contra a intervenção arbitrária do governo na Geap.

1º SEMINÁRIO UNIFICADO DE IMPRENSA SINDICAL

Por que
a luta dos
trabalhadores
não é notícia?

4 e 5 de julho/2013



em Florianópolis - Santa Catarina
(Hotel Oceania, rua do Marisco, 550, Ingleses)

Informações e inscrição (até 21/06):

imprensa2@sindprevs-sc.org.br e

imprensa@sinasefe.org.br

Realização:



1º Concurso de Narrativas e Poesias do Sindprevs/SC

Veja o regulamento no site
www.sindprevs-sc.org.br

Inscrições até 15 de julho

Comissão Organizadora: Dep. de Comunicação do Sindprevs/SC (48) 3224.7899

Pelo correio: Rua Angelo La Porta, 85, Centro, Florianópolis. CEP 88020-600

E-mail: imprensa@sindprevs-sc.org.br



Sindprevs/SC

25 anos de luta

filiado à Fenasp

TRABALHADOR DO SERVIÇO PÚBLICO



II Seminário do Sindprevs/SC de Saúde do Trabalhador

13, 14 e 15 de junho de 2013

Hotel Oceania, (rua do Marisco, 550, Ingleses) em Florianópolis/SC

Informações: (48) 3224.7899

Inscrições de 8 de abril a 31 de maio de 2013

pelo site do Sindprevs/SC:

www.sindprevs-sc.org.br no link Eventos 25 anos.

Realização:

